



R.A. 252.420/2021

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020
Com o relatório do auditor independente



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis...	03
Balanço patrimonial.....	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente.....	09
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Administradores e Acionistas da
F3C Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da F3C Investimentos S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 04 meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;



- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>35.863</u>
		35.863
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	5	<u>29.120</u>
		29.120
Total do ativo		<u>64.983</u>
Passivo		
Passivo circulante		
Debêntures CP	6	3.270
Obrigações tributárias	7	<u>1</u>
		3.271
Não circulante		
Debêntures LP	6	<u>62.128</u>
		62.128
Patrimônio líquido		
Capital social	8	10
Lucros (prejuízos) acumulados		<u>(426)</u>
		(416)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>64.983</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas operacionais	9	
Gerais e administrativas		(26)
Resultado operacional		<u>(26)</u>
Resultado financeiro, líquido	10	
Despesas financeiras		(400)
		<u>(400)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(426)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do período	(426)
Outros resultados abrangentes	-
	<hr/>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(426)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

F3C INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização do capital social - (11 de agosto de 2020)	10	-	10
Prejuízo do período	-	(426)	(426)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10</u>	<u>(426)</u>	<u>(416)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$ mil)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do exercício	(426)
(Aumento) redução nos ativos	
Partes relacionadas	(29.120)
	<u>(29.120)</u>
Aumento (redução) nos passivos	
Obrigações tributárias	1
	<u>1</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(29.545)</u>
Atividades de financiamentos	
Aumento (redução) de capital	10
Debentures	65.398
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	65.408
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>35.863</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	35.863
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>35.863</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

1. Contexto Operacional

A F3C Investimentos S.A. é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, constituída em 11 de agosto de 2020. O objeto social da “F3CI” é a compra e venda de títulos e valores mobiliário, participações societárias não permanentes, títulos de créditos e quaisquer outros ativos financeiros para posterior alienação, podendo ainda participar como acionista ou sócia cotista em outras sociedades.

1.1. Efeitos Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, visando manter suas operações e continuidade operacional de suas controladas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, onde a administração têm acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores habilitados para exercerem suas atividades remotamente cuja a natureza do trabalho possa ser realizada desta forma; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios, suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas às unidades de negócio da Companhia; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, a administração avaliou e não identificou impactos relevantes em relação aos saldos contábeis para os exercícios de 31 de dezembro de 2020.

2. Elaboração e preparação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras, foram elaboradas compreendendo o período de 5 (cinco) meses, considerando a data de constituição em 11 de agosto de 2020 até a data base de emissão dessas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2021.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.3 Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e partes relacionadas (Nota 5) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por debêntures (Nota 5), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.3 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras.

3.6 Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza cível, fiscal, entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.7 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.8 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

3.8.1 Em vigor desde 1º de janeiro de 2020:

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework).

3.8.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes:

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37); e
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta Movimento	35.863
	<u>35.863</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Partes Relacionadas

	<u>31/12/2020</u>
Partes Relacionadas	29.120
	<u>29.120</u>

6 Debêntures

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	3.270	62.128	65.398
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.270	62.128	65.398

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Liberações	-	65.000	65.000
Transferência longo x curto prazo	3.270	(3.270)	-
Juros sobre debêntures	-	148	148
Variação monetária sobre debêntures	-	250	250
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.270	62.128	65.398

Em 08 de dezembro de 2020 (“Escritura de Emissão”) a companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2020 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 544.143/20-6, em 21 de dezembro de 2020.

O valor total da Emissão é de R\$ 65.000 (Sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

7 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2020</u>
Retenções federais de fornecedores	1
	1

8 Patrimônio líquido**8.1 Capital social:**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado está assim representado:

	31/12/2020		% do capital social
	Quantidade de ações	R\$	
F3C Empreendimentos e Participações S.A.	9,999	9,999	99,99%
Arcanjo Gonzalez	1	1	0,01%
	10.000	10.000	100,00%

9 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020
Serviços de terceiros	(24)
Tributos	(2)
	(26)

10 Resultado financeiro, líquido:

	31/12/2020
Despesas Financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(148)
Outras despesas financeiras	(252)
	(400)

11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	35.863
Total	35.863

Passivo:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>
Debentures	65.398
Total	65.398

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

Descrição	2020
Debentures	65.398
Total	65.398

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

12 Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações contábeis e a data da sua respectiva aprovação.